



Resumo expandido

DISPUTAS EPISTÊMICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Raça, diferença e legitimidade do conhecimento na contemporaneidade

¹Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-Mestrado).

¹Cairo Eduardo da Silva Guimarães

cairo_silva@discente.ufg.br

RESUMO

A educação pública brasileira tem se configurado, nas últimas décadas, como um espaço central de disputas políticas, morais e epistêmicas em torno da legitimidade dos saberes e da própria função social da escola. Em um contexto marcado pelo recrudescimento de discursos conservadores, tentativas de controle curricular e questionamentos à presença de debates sobre raça, gênero e desigualdades sociais no ambiente escolar, torna-se necessário compreender como a produção e a circulação do conhecimento permanecem atravessadas por relações históricas de poder. Este trabalho tem como objetivo analisar a educação brasileira contemporânea como campo de disputa epistêmica, com ênfase nas tensões em torno da legitimidade do conhecimento, da produção da diferença e da permanência de hierarquias raciais na definição dos saberes socialmente autorizados. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica crítica, mobilizando contribuições da sociologia da educação, da teoria crítica e dos estudos raciais. A discussão evidencia que a escola não constitui espaço neutro de transmissão de conteúdos, mas território de disputas simbólicas no qual determinados saberes são legitimados, enquanto outros são historicamente marginalizados ou silenciados. Conclui-se que a democratização educacional exige não apenas ampliação formal do acesso à escola, mas também enfrentamento das estruturas epistêmicas que reproduzem exclusões e limitam o reconhecimento de experiências, sujeitos e conhecimentos historicamente subalternizados.

Palavras-chave: Educação. Epistemologia. Relações raciais.

ABSTRACT

Brazilian public education has increasingly become a central arena for political, moral, and epistemic disputes concerning the legitimacy of knowledge and the social role of schooling itself. In a context marked by the intensification of conservative





discourses, attempts at curricular control, and challenges to the inclusion of debates on race, gender, and social inequalities in school environments, it becomes necessary to understand how the production and circulation of knowledge remain shaped by historical power relations. This study aims to analyze contemporary Brazilian education as a field of epistemic dispute, with emphasis on tensions surrounding the legitimacy of knowledge, the production of difference, and the persistence of racial hierarchies in defining socially authorized forms of knowledge. Methodologically, this is a theoretical essay with a qualitative approach, grounded in a critical bibliographic review, drawing on contributions from the sociology of education, critical theory, and racial studies. The discussion highlights that schools do not constitute neutral spaces for the transmission of content, but rather symbolic territories of dispute in which certain forms of knowledge are legitimized while others are historically marginalized or silenced. It is concluded that educational democratization requires not only the formal expansion of access to schooling, but also the confrontation of epistemic structures that reproduce exclusion and restrict the recognition of historically subordinated subjects, experiences, and forms of knowledge.

Keywords: Education. Epistemology. Racial relations.

1 INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira tem se consolidado, nas últimas décadas, como um dos principais espaços de disputa política, moral e epistêmica da contemporaneidade. Longe de constituir apenas um ambiente voltado à transmissão neutra de conteúdos, a escola configura-se como instituição social atravessada por relações de poder, mecanismos de legitimação simbólica e conflitos em torno da definição dos saberes considerados legítimos. Nesse cenário, debates acerca do currículo, da autoridade docente e da presença de temáticas relacionadas às desigualdades sociais, às relações raciais e às diferenças culturais evidenciam que a produção e a circulação do conhecimento não ocorrem de forma desinteressada, mas estão profundamente implicadas em disputas históricas sobre quem pode falar, quais experiências são reconhecidas e quais narrativas permanecem marginalizadas.

A sociologia da educação e a teoria social crítica oferecem importantes instrumentos para compreender tais processos. Pierre Bourdieu (1992), ao analisar os mecanismos de reprodução social presentes no sistema educacional, demonstra que a escola frequentemente opera como instância de legitimação de capitais culturais historicamente valorizados, convertendo desigualdades sociais em aparentes diferenças de mérito individual. Em





perspectiva complementar, Michel Foucault (1979) evidencia que saber e poder não constituem esferas dissociadas, mas relações intrinsecamente articuladas, nas quais determinados regimes de verdade se impõem como universais, ao passo que outros conhecimentos são desautorizados, invisibilizados ou excluídos.

No contexto brasileiro, tais disputas assumem contornos específicos em razão da persistência das desigualdades raciais e da histórica marginalização de saberes produzidos por sujeitos racializados e grupos subalternizados. Conforme argumenta Sueli Carneiro (2005), processos de epistemicídio operam não apenas pela exclusão material de determinados grupos dos espaços institucionais de produção do conhecimento, mas também pela desqualificação sistemática de suas experiências, perspectivas e formas de interpretação do mundo. Nesse sentido, pensar a educação implica reconhecer que a disputa pelo conhecimento é também uma disputa pelo reconhecimento, pela memória e pela legitimidade de diferentes formas de existência social.

Além disso, transformações recentes no debate público brasileiro, marcadas pela intensificação de discursos conservadores, pânico morais em torno de raça e gênero e tentativas de regulação ideológica do espaço escolar, recolocaram com força a educação no centro de disputas acerca dos limites do pensamento crítico e da pluralidade epistemológica. Tais movimentos evidenciam que a escola permanece como arena privilegiada de confrontos em torno da formação de sujeitos, da circulação de saberes e da construção de projetos societários concorrentes.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo analisar a educação brasileira contemporânea como campo de disputa epistêmica, com ênfase nas tensões em torno da legitimidade do conhecimento, da produção da diferença e da permanência de hierarquias raciais na definição dos saberes socialmente autorizados.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho caracteriza-se como ensaio teórico de abordagem qualitativa, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica crítica, com foco na análise de contribuições da sociologia da educação, da teoria social crítica e dos estudos raciais aplicados ao campo educacional brasileiro. A escolha por esse delineamento metodológico fundamenta-se na compreensão de que problemáticas relacionadas à legitimidade do conhecimento, às disputas





epistêmicas e às desigualdades estruturais demandam abordagens voltadas à interpretação crítica de processos históricos, institucionais e simbólicos. A revisão bibliográfica concentrou-se em autores como Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Sueli Carneiro, bell hooks e Nilma Lino Gomes, cujas contribuições permitem compreender as relações entre educação, poder, produção do conhecimento e exclusão epistêmica. Do ponto de vista analítico, adotou-se perspectiva interpretativa e crítica, buscando compreender como a educação pública brasileira se constitui como espaço de disputas simbólicas em torno da produção, validação e circulação de conhecimentos socialmente reconhecidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise bibliográfica realizada permite compreender que a educação pública brasileira não se configura como espaço neutro de transmissão de conteúdos, mas como território historicamente atravessado por disputas simbólicas, políticas e epistêmicas. Os referenciais mobilizados indicam que os processos educacionais operam simultaneamente como mecanismos de formação, socialização e legitimação de determinadas formas de conhecimento, ao mesmo tempo em que podem reproduzir hierarquias históricas de exclusão. Nesse sentido, um primeiro achado da presente reflexão consiste na identificação da escola como instância de validação desigual dos saberes socialmente reconhecidos.

A contribuição de Pierre Bourdieu (1992) permite compreender que o sistema educacional tende a apresentar como universais determinados repertórios culturais historicamente associados a grupos socialmente privilegiados, convertendo diferenças socialmente produzidas em aparentes critérios neutros de mérito e competência. Tal dinâmica contribui para naturalizar desigualdades e obscurecer os mecanismos estruturais que definem quais conhecimentos são legitimados institucionalmente. Em diálogo com essa perspectiva, Foucault (1979) evidencia que a produção do conhecimento está intrinsecamente vinculada a relações de poder, de modo que os regimes de verdade socialmente instituídos não apenas organizam saberes, mas delimitam os sujeitos autorizados a falar, ensinar e produzir interpretações consideradas legítimas.

No caso brasileiro, essas dinâmicas assumem contornos ainda mais complexos diante da centralidade das desigualdades raciais na formação social do país. A literatura crítica aponta que a exclusão histórica de sujeitos negros dos espaços institucionais de produção do conhecimento foi acompanhada pela marginalização de epistemologias, experiências e formas





de leitura do mundo que escapavam aos padrões eurocentrados de legitimação. Nesse sentido, o conceito de epistemicídio, formulado por Carneiro (2005), oferece importante chave interpretativa ao demonstrar que a violência racial também opera no plano da desqualificação sistemática de saberes, memórias e formas de existência social.

Além disso, os debates educacionais contemporâneos evidenciam que tais disputas permanecem ativas no presente. Controvérsias em torno do currículo escolar, da abordagem de temas relacionados às relações raciais, ao gênero e à diversidade, bem como movimentos de controle ideológico sobre práticas pedagógicas, revelam que a escola permanece como arena de confrontos acerca da pluralidade epistemológica e da formação crítica. Nessa direção, hooks (2013) contribui ao defender uma educação comprometida com a emancipação intelectual e com a ruptura de estruturas pedagógicas excludentes, reforçando a necessidade de pensar o ensino para além da mera reprodução de conhecimentos estabilizados.

Desse modo, os resultados da presente análise indicam que a democratização da educação não pode ser reduzida exclusivamente à ampliação formal do acesso escolar, pois envolve também o reconhecimento da diversidade de sujeitos produtores de conhecimento e o enfrentamento de estruturas históricas que regulam a legitimidade epistêmica no interior das instituições educacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

A presente reflexão buscou analisar a educação brasileira contemporânea como campo de disputa epistêmica, evidenciando que os processos educacionais ultrapassam a dimensão da transmissão formal de conteúdos e se inserem em relações mais amplas de poder, legitimação simbólica e produção social da diferença. A partir do diálogo com a sociologia da educação, a teoria crítica e os estudos raciais, foi possível compreender que a escola constitui espaço estratégico na definição dos saberes considerados legítimos, bem como dos sujeitos autorizados a produzi-los, ensiná-los e validá-los socialmente.

Os achados da análise indicam que as desigualdades educacionais não se restringem a questões de acesso ou permanência, mas também se manifestam na forma como determinados conhecimentos são historicamente privilegiados em detrimento de outros. Nesse sentido, as relações raciais assumem papel central na compreensão das dinâmicas de exclusão epistêmica presentes na educação brasileira, especialmente quando se considera a persistência de estruturas





que marginalizam experiências, narrativas e epistemologias produzidas por sujeitos historicamente subalternizados.

Conclui-se, portanto, que a democratização educacional exige não apenas políticas de ampliação do acesso à escola, mas também o enfrentamento crítico dos mecanismos simbólicos e institucionais que regulam a legitimidade do conhecimento. Pensar uma educação efetivamente democrática implica reconhecer a pluralidade epistemológica como dimensão constitutiva da justiça educacional e da formação crítica em sociedades marcadas por profundas desigualdades históricas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

